

TSE

Ministro suspende ‘cassação’ de Castro

O ministro Nunes Marques, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), pediu vista e suspendeu ontem o julgamento do processo que pede cassação do mandato do governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, por abuso de poder político e econômico na campanha à reeleição, em

2022. Até o momento, o placar da votação está 2 votos a 0 pela cassação de Castro. O julgamento será retomado no dia 24 de março. Faltam cinco votos. Em novembro do ano passado, o primeiro voto pela cassação de Castro foi proferido pela relatora ministra Maria Isabel Galotti, mas

a análise do caso foi suspensa por um pedido de vista do ministro Antônio Carlos Ferreira. Na sessão de ontem, Ferreira acompanhou a relatora e também votou pela cassação. Se o entendimento for mantido, Cláudio Castro poderá ficar inelegível por oito anos. [PÁGINA 7](#)

CORRUPÇÃO

PGR pede a condenação de deputados do PL

A Procuradoria-Geral da República (PGR) defendeu ontem a condenação de dois deputados federais e um suplente do PL pelos crimes de corrupção passiva e organização criminosa. A manifestação da procuradoria foi feita durante a sessão da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) que vai decidir se os deputados Josimar Maranhãozinho (PL-MA), Pastor Gil (PL-MA), além do suplente Bosco Costa (PL-SE), serão condenados pelos crimes de corrupção passiva e organização criminosa. "A gravidade desse crime, de malversação das verbas públicas, se torna ainda mais grave por esse contexto da pobreza do estado do Maranhão", apontou o subprocurador-geral da República, Paulo Jacobina. [PÁGINA 7](#)

2025

Indústria de alimentos e bebidas cresce 8,02%

No ano passado, a indústria brasileira de alimentos e bebidas apresentou um faturamento de R\$ 1,39 trilhão, o que representou alta de 8,02% na comparação com o ano anterior. O montante representa 10,8% do Produto Interno Bruto (PIB) estimado para 2025. Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), o grande destaque do ano foi o mercado interno, que respondeu por R\$ 1,02 trilhão desse total, sendo que R\$ 732 bilhões são decorrentes do varejo e o restante, do food service, que vem retomando sua fatia de participação. A demanda doméstica, diz a associação, também foi determinante para sustentar o crescimento real das vendas, que avançaram 2,2% no período. [PÁGINA 2](#)

REESTRUTURAÇÃO

Senado aprova projeto que cria mais de 24 mil cargos federais



LULA MARQUES/ABRASIL

O Senado aprovou ontem um projeto de lei que reestrutura parte do serviço público federal e cria mais de 24 mil novos cargos efetivos, sendo 3,8 mil novos professores para o ensino superior e mais de 9,5 mil para os institutos federais de educação, ciência e tecnologia. O texto prevê ainda a criação de uma nova carreira federal e do Instituto Federal do Sertão Paraibano (IFSertãoPB). O projeto vai para sanção presidencial. De acordo com o relator do projeto, o senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) (**foto**), cerca de 270 mil servidores serão beneficiados de alguma forma pelas mudanças no serviço público. "Valorização do serviço público e valorização dos servidores é um compromisso a ser cumprido por um governo que é leal à democracia e que compreende a necessidade de fortalecimento do Estado brasileiro como instituição de todos os brasileiros. [PÁGINA 7](#)

Regulamentação de trabalho por aplicativo deve ser votada em abril

O projeto de lei complementar que regulamentar o trabalho de entregadores e motoristas por aplicativos pode ser votado no plenário da Câmara dos Deputados até o início de abril. A previsão foi dada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, ontem, após reunião na residência oficial da Presidência da Câmara. Motta disse que o objetivo principal é construir uma legislação equilibrada que proteja os autônomos e garanta o funcionamento das plataformas. [PÁGINA 6](#)

CRISE NO JUDICIÁRIO



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

Dino defende STF e diz que Corte acerta mais do que erra

O ministro Flávio Dino (**foto**), do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu ontem a atuação do tribunal e afirmou que a Corte "acerta mais do que erra". A declaração ocorreu durante a sessão da Primeira Turma que iniciou o julgamento de três deputados do PL por desvio de emendas parlamentares. Ao elogiar as sustentações dos advogados dos acusados, Dino reconheceu que o STF comete erros, mas ponderou que a Corte também tem acertos. "Esse Supremo que erra, erra como instituição humana, mas também acerta muito, acerta mais do que erra. As sustentações orais lembraram esse gigantesco acerto do STF, no momento em que há uma espécie de perda de equilíbrio no papel da cada instituição, especialmente em relação ao Supremo, mas não só", afirmou. [PÁGINA 6](#)

INDICADORES

IBOVESPA 1,40% / 183.447,00 / 2.531,64 / Volume: 31.393.087.786 / Negócios: 4.097.183										Bolsas no mundo				Salário mínimo		R\$ 1.621,00		IGP-M		0,41% (jan.)		EURO turismo							
Mais Negociados			Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento			%		Ufir-RJ		R\$ 4.9604		IPCA		0,33% (jan.)		Compra: 6,0529 Venda: 6,2329							
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Taxa Selic			CDI				DÓLAR Ptax - BC							
PETR4	42,93	-0,53	-0,23	VVE03	1,430	+13,49	+0,170	IFCM3	0,790	-9,20	-0,080	Dow Jones	47.706,51	-0,07				(28/01)	15%	14,90%		Compra: 5,1622 -0,62%							
B3SA3	18,11	4,56	+0,79	BDLL4	6,85	+11,93	+0,73	CTKA3	44,01	-7,93	-3,79	S&P 500	6.781,48	-0,21								Compra: 5,1622 -0,62%							
ITSA4	13,61	+1,26	+0,17	BHIA3	3,190	+11,54	+0,330	BMIN4	19,54	-6,91	-1,45	NASDAQ Composite	22.697,104	+0,01								Compra: 5,1622 -0,62%							
ITUB4	43,80	+1,48	+0,64	PMAM3	0,55	+10,00	+0,05	RSID3	1,55	-6,06	-0,10	Nasdaq 100	24.956,471	-0,04								Compra: 5,1622 -0,62%							
RAIZ4	0,520	-5,45	-0,030	TCSA3	1,45	+9,85	+0,13	RAIZ4	0,520	-5,45	-0,030	Euronext 100	1.772,21	+2,09								Compra: 5,1622 -0,62%							
																				Poupança		R\$ 1.621,00		0,41% (jan.)		EURO turismo			
																				(10/03)		0,6231%		0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	
																								0,33% (jan.)		0,41% (jan.)		EURO turismo	

MERCADOS

Bovespa tem 2º dia de recuperação, em alta de 1,4%; dólar cai 0,13%

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) emendou o segundo dia de recuperação, ontem em grau maior, com ganho de 1,4%, aos 183.447,00 pontos. Assim, com abertura aos 180.921,37 pontos, oscilou pouco para baixo na mínima, aos 180 692,83 pontos, e no melhor momento buscou os 185.323,62 pontos.

O giro de ontem ficou em R\$ 31,3 bilhões, após ter chegado a R\$ 37,6 bilhões na segunda-feira. Na semana, o índice agrega 2,28%, ainda cedendo 2,83% no mês. No ano, sobe 13,85%. Em percentual, a alta do Ibovespa na sessão foi a maior desde 24 de fevereiro, então também de 1,4%.

O foco, como nas sessões anteriores, permaneceu nos preços do Brent e do WTI, ambos em queda de mais de 11% no fechamento, em Londres e Nova York. Petrobras ON e PN tiveram ajuste negativo moderado a 0,19% e a 0,53%, pela ordem, no encerramento. Vale ON subiu 1,64% e os ganhos entre as ações dos maiores bancos ficaram entre 1,48% (Itaú PN) e 2,46% (Bradesco PN) no fechamento.

Na ponta ganhadora do Ibovespa, Rumo (+6,96%), Magazine Luiza (+6,51%) e Cosan (+6,45%). No lado oposto, Raízen (-5,45%), Braskem (-4,47%) e Direcional (-3,84%).

Ontem, o petróleo fechou em queda de mais de 11% depois de três sessões em dispa-

rada. Investidores ponderaram relatos de trânsito marítimo no Estreito de Ormuz e de que haverá uma maior oferta da commodity no mercado global pela Agência Internacional de Energia (AIE), apesar da limitação da produção de países do Golfo Pérsico. Em Nova York, o contrato do WTI para abril fechou em queda de 11,9% (US\$ 11,32), a US\$ 83,45 o barril, enquanto, em Londres, o Brent para maio caiu 11,2% (US\$ 11,16), a US\$ 87,80 o barril.

Nos mercados acionários de Nova York, os principais índices encerraram a sessão perto da estabilidade: Dow Jones (-0,07%), S&P 500 (-0,21%), Nasdaq (+0,01%).

DÓLAR

Após volatilidade e trocas de sinal pela manhã, o dólar se firmou em terreno negativo ao longo da tarde de ontem, no mercado local, alinhado ao comportamento da moeda norte-americana em relação à maioria das divisas emergentes e de países exportadores de commodities.

Depois de rodar entre R\$ 5,13 e R\$ 5,14, o dólar à vista fechou em baixa de 0,13%, a R\$ 5,1575, longe da mínima de R\$ 5,1328.

Foi a terceira sessão consecutiva de queda da moeda norte-americana em relação ao real, com perda acumulada de 2,45% no período. A divisa ainda acumula alta moderada neste início de março (0,46%). A desvalorização no ano é de 6,04%.

GPA

Pão de Açúcar anuncia acordo para renegociar dívida de R\$ 4,5 bilhões

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

O Grupo Pão de Açúcar (GPA) anunciou, ontem, que fechou acordo com seus principais credores para apresentar um plano de recuperação extrajudicial. Se aprovada, a medida permitirá à empresa renegociar parte de suas dívidas diretamente com os detentores de créditos, sem mediação da Justiça.

Com efeitos imediatos, o projeto atinge apenas as dívidas sem garantias, que, segundo o próprio grupo, chegam a aproximadamente R\$ 4,5 bilhões. Ficaram de fora as despesas correntes ou operacionais, de forma a preservar os pagamentos a trabalhadores, fornecedores, parceiros e clientes.

O acordo foi celebrado com os principais credores, titulares do equivalente a R\$ 2,1 bi do valor total da negociação - percentual superior ao quórum mínimo legal de um terço dos créditos afetados. Em comunicado divulgado ontem, a companhia afirma que o plano “cria um ambiente seguro e estável para a continuidade, por 90 dias, das negociações” que já vinham acontecendo.

“Neste período, a companhia confia que conseguirá o

apoio da maioria dos créditos sujeitos ao processo e espera chegar a uma solução estruturada que resolva simultaneamente a liquidez de curto prazo e a sustentabilidade financeira de longo prazo”, informou o Pão de Açúcar.

O grupo destacou que o processo foi estruturado de modo a preservar a operação de suas lojas, que deverão seguir funcionando normalmente.

“Assim, o plano representa um passo importante para o objetivo da administração de fortalecer o balanço, melhorar o perfil do endividamento e posicionar a companhia para o futuro, ao mesmo tempo que preserva o relacionamento com fornecedores e protege sua operação”, diz o comunicado. “Em breve o grupo espera divulgar em seu site, mais informações sobre o processo de recuperação extrajudicial.”

Na semana passada, o grupo já tinha informado que continuava negociando com parte de seus credores a repactuação de dívidas financeiras e de outras obrigações de curto prazo. O objetivo, segundo a companhia, é melhorar “o perfil de seu endividamento” e “reforçar a liquidez”, não envolvendo questões operacionais cotidianas.

ABIA

Indústria de alimentos e bebidas cresce 8% em 2025

ELAINE PATRICIA CRUZ/ABRASIL

No ano passado, a indústria brasileira de alimentos e bebidas apresentou um faturamento de R\$ 1,39 trilhão, o que representou alta de 8,02% na comparação com o ano anterior. O montante representa 10,8% do Produto Interno Bruto (PIB) estimado para 2025.

Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), o grande destaque do ano foi o mercado interno, que respondeu por R\$ 1,02 trilhão desse total, sendo que R\$ 732 bilhões são decorrentes do varejo e o restante, do food service, que vem retomando sua fatia de participação.

A demanda doméstica, diz a associação, também foi determinante para sustentar o crescimento real das vendas, que avançaram 2,2% no período. De acordo com a Abia, esse resultado reflete a recomposição gradual do consumo das famílias, o avanço do consumo fora do lar e também os ganhos de eficiência obtidos pelas empresas ao longo do ano.

Quanto às exportações, a indústria de alimentos e bebidas registrou um crescimento de 0,7% em 2025, somando US\$ 66,73 bilhões. A Ásia foi o principal destino, alcançando US\$ 27,4 bilhões. Já os Estados Unidos importaram US\$ 4,9 bilhões em produtos brasileiros, um au-

mento de 9,2% no período, apesar das elevações tarifárias que foram aplicadas ao setor.

O balanço apresentado pela associação também apontou que a força de trabalho direta alcançou 2,12 milhões de empregados, um crescimento de 2,4% em relação a 2024. Somando os empregos indiretos, a cadeia produtiva chegou a 10,6 milhões de postos de trabalho o que corresponde, de acordo com a Abia, a 10,3% de toda a força de trabalho ocupada do país.

PERSPECTIVAS

Para este ano, a Abia espera que as vendas reais cresçam entre 2% e 2,5%, impulsionadas pelo mercado doméstico e pela

recuperação gradual do mercado internacional. A geração de empregos também deve crescer, com alta entre 1% e 1,5%.

“Em 2026, a combinação de estabilidade da safra, redução gradual dos juros e um ambiente econômico de crescimento moderado, no Brasil e no mundo, cria condições mais previsíveis para o planejamento e o investimento. Ainda haverá desafios, especialmente do lado dos custos, mas o setor entra nesse ciclo com bases sólidas para crescer de forma sustentável, gerar empregos e seguir cumprindo seu papel estratégico no desenvolvimento do país”, disse João Dornellas, presidente executivo da Abia

DISTRITO FEDERAL

Ibaneis Rocha sanciona lei para socorrer BRB com imóveis públicos

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (foto), sancionou ontem a lei que autoriza o governo distrital a adotar medidas, como a venda de imóveis públicos, para reforçar o capital do Banco de Brasília (BRB). A decisão foi publicada em edição extraordinária do Diário Oficial do DF.

A nova legislação permite que o Governo do Distrito Federal, acionista controlador da instituição, realize operações financeiras e mobilize ativos públicos para apoiar o banco diante de pressões de liquidez e da crise de confiança relacionada a negócios com o Banco Master.

Entre as medidas autorizadas está a possibilidade de contratar empréstimos emergenciais de até R\$ 6,6 bilhões, incluindo operações com o Fundo Garantidor de Créditos (FGC) ou com outras instituições financeiras.

CAPITALIZAÇÃO

O texto permite ao governo utilizar até nove imóveis públicos como garantia ou lastro para operações financeiras destinadas a reforçar o caixa do BRB. Os ativos também poderão compor estruturas como fundos imobiliários para monetização no mercado.

Entre as áreas listadas está uma região de cerca de 716 hectares na Serrinha do Paranoá, um dos mananciais da capital federal, além de imóveis ocupados por empresas públicas no Setor de Indústria e Abastecimento (SIA).



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

VETOS

Durante a sanção, Ibaneis vetou três dispositivos incluídos durante a tramitação do projeto na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF).

Um dos trechos previa garantir ao Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (Iprev-DF), acionista minoritário do banco, participação mínima de 20% no processo de capitalização.

Também foram vetadas regras que exigiam a publicação trimestral de relatórios sobre os imóveis envolvidos nas operações e a apresentação de um plano formal de retorno financeiro ao Distrito Federal.

CRÍTICAS

A proposta foi aprovada na CLDF por 14 votos favoráveis e 10 contrários após debates entre parlamentares. Deputados da oposição classificaram o projeto como um possível “cheque em branco” ao governo, argumentando que faltaram informações detalhadas sobre os riscos ao patrimônio público.

Há também preocupação de que imóveis do Distrito Federal possam ser transferidos ao banco e posteriormente negociados no mercado por meio de fundos imobiliários. A lei foi aprovada apesar de recomendação contrária dos técnicos da Câmara Legislativa.

INVESTIGAÇÃO

O BRB tenta conter a crise de confiança após operações envolvendo o Banco Master. A Polícia Federal investiga suspeitas de fraude na compra de cerca de R\$ 12,2 bilhões em créditos da instituição ligada ao empresário Daniel Vercaro.

Na segunda-feira passada, o banco anunciou ainda uma proposta de aumento de capital de até R\$ 8,86 bilhões. Segundo a instituição, a medida busca fortalecer o patrimônio de referência, manter o índice de Basileia (um dos principais indicadores de solidez de uma instituição financeira) em níveis considerados prudentiais e ampliar a capacidade de absorção de perdas.

QUATRO ESTADOS

Senacon pede análise de recentes aumentos dos preços de combustíveis

SANDRA MANFRINI/AE

A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), do Ministério da Justiça, solicitou ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) que analise os recentes aumentos nos

preços dos combustíveis em quatro estados (Bahia, Rio Grande do Norte, Minas Gerais e Rio Grande do Sul) e no Distrito Federal.

Em nota divulgada ontem, o Ministério da Justiça informa que o pedido foi encaminhado

após declarações públicas de representantes do Sindicombustíveis-DF, Sindicombustíveis Bahia, Sindipostos-RN, Minaspetro-MG e Sulpetro-RS, informando que as distribuidoras elevaram os preços de venda para os postos sob a justificativa de al-

ta no preço internacional do petróleo, em razão do conflito no Oriente Médio.

A Senacon esclarece ainda que o pedido tem o objetivo de garantir transparência nas práticas comerciais e proteger os consumidores.

TRABALHO

Marinho: fim da escala 6x1 não ‘elevantá informalidade’

FLÁVIA SAID
E VICTOR OHANA/AE

Sobre um possível aumento da informalidade decorrente do fim da jornada 6x1, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, disse ontem, não acreditar nessa hipótese. Ele afirmou que hoje o número de trabalhadores informais é grande (39 milhões), mas menor do que já foi. "Quanto mais o mercado de trabalho se fortalece, quanto mais a gente garante segurança jurídica, mais compensa a transferência da informalidade para a formalidade, essa é a aposta. Portanto, não vejo essa consequência e não há que se falar em consequência também na Previdência Social."

As declarações ocorreram em audiência pública realizada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, na tarde desta terça-feira, sobre o fim da jornada de trabalho 6x1.

Ele pediu que o Parlamento entre com urgência no debate da pejotização, que já está em debate no Judiciário. "Aqui há um grande risco. O Supremo parece que vai avançar nisso, por isso eu clamo o Parlamento entrar urgente nesse debate, porque autorizar que um garí, trabalhador que trabalha honrado e tal, mas ser considerado PJ é uma insanidade, é uma aberração jurídica. Considerar que um auxiliar de escritório é uma pessoa jurídica é uma insanidade, uma aberração jurídica", exemplificou.

Marinho afirmou que está ocorrendo no País uma "fraude trabalhista", e é importante entrar nessa discussão para proteger não só a Previdência, mas também o Fundo de Garantia para continuar investindo e financiando a infraestrutura, os municípios, a saúde, as santas casas, a habitação e também para eventuais saques emergen-



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

ciais de FGTS em casos de calamidade.

CUSTO DAS EMPRESAS

O ministro disse que o governo não enxerga a magnitude que vem sendo falada de impacto no custo para as empresas com o fim da jornada de trabalho 6x1. Ele disse que o próprio sistema vai sustentar a mudança. "Nós topamos uma mesa técnica para apurar e discutir exatamente qual é o impacto real em cada segmento da economia brasileira", comentou.

Marinho afirmou ser "fã da negociação" entre empregadores e trabalhadores, mas destacou que as empresas não topam negociar nos últimos anos e por isso foi necessária a discussão no âmbito do Congresso Nacional. "Tem hora que é preciso

enfrentar", defendeu.

POSIÇÃO DO GOVERNO

O ministro disse ainda que o governo não é contra que o Congresso avalie ao longo do tempo a redução da jornada de trabalho para 36 horas semanais. Pouco antes, ele tinha sustentado que o que cabe neste momento é a escala 5x2, com redução de 44 horas para 40 horas de trabalho semanais, pois é o que a economia brasileira suporta.

"As 36 horas nós não podemos perder do horizonte. Então, a minha posição, a posição do governo é assim, nós não somos contra que o Congresso avalie, no tempo, a PEC para 36 horas", disse Marinho.

Ele deu alguns exemplos, dizendo que há uma tendência global de redução das jornadas de trabalho, e disse que os paí-

ses do G7 já operam com médias inferiores a 36 horas semanais.

Mas Marinho defendeu que se pense em uma redução para 36 horas com uma transição mais alongada. "Não somos contra. Agora, a nossa posição, a posição de governo, discutida em governo, é, nós queremos que o Congresso avalie rigorosamente a possibilidade de implantar, imediatamente, as 40 horas semanais sem redução de salário, com duas folgas na semana."

Segundo ele, é isso que se entende que é, majoritariamente, o pedido da classe trabalhadora brasileira, especialmente da juventude. "Agora, não somos contra que o Congresso avalie, eventualmente, a PEC para 36 horas, para daqui a X anos", concluiu.

RENAN MONTEIRO/AE

O diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) Fernando Mosna retirou de pauta o aguardado processo de aprimoramento da regulação para os sistemas de armazenamento de energia elétrica. Uma discussão na diretoria foi a chamada "dupla cobrança" das tarifas de uso dos sistemas de transmissão e distribuição de energia durante o carregamento e o descarregamento da bateria.

Houve retirada de pauta em função da necessidade de uma melhor avaliação jurídica da Procuradoria da Aneel sobre o escopo das eventuais mudanças, incluindo a definição conceitual das chamadas usinas hidrelétricas reversíveis, que também têm a função de armazenamento.

O diretor Fernando Monza apresentou voto para negar a proposta inicial da área técnica da reguladora, que havia defendido a cobrança no momento do consumo (ao carregar a bateria) e também durante a injeção

(quando é descarregada energia na rede).

Pelo voto dele, no momento do consumo, não haveria cobrança das Tarifas de Uso dos Sistemas de Transmissão (TUST) e Distribuição (TUSD). Essas são as chamadas tarifas pelo "uso do fio". Em contrapartida, haveria cobrança da tarifa de geração (para descarregamento elétrico).

O entendimento fechado pelo diretor foi que os sistemas de armazenamento não devem ser onerados com encargos típicos de consumo, sob pena de distorcer a lógica do setor e criar barreira "injustificável à transição energética".

Outra definição regulatória em tratativa diz respeito aos chamados Montante de Uso do Sistema de Transmissão (MUST) e Montante de Uso do Sistema de Distribuição (MUSD). No voto de Fernando Mosna, esses dois montantes, a serem contratados, poderão ser inferiores em até 30%, tendo como parâmetro o limite mínimo de contratação.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

funarte

GOVERNO DO BRASIL

MINISTÉRIO DA CULTURA

DO LADO DO POVO BRASILEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 001/2026

O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para eventual contratação de licenças de uso de software do tipo suíte de escritório Microsoft 365 E5 PLUS, Unified Existing Customer Sub Per User - 100 GB Mailbox + até 1.5 TB archive e tamanho de armazenamento Sharepoint/OneDrive até 5TB OneDrive storage, válidas pelo período de 36 (trinta e seis) meses, com direito de atualização e suporte, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos.

Abertura das Propostas: 01/04/2026 às 11:00 horas.
Local: Fundação Nacional de Artes - FUNARTE
Endereço: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e <https://www.gov.br/funarte/pt-br>

Valquiria Pimentel da Cunha Correia
Pregoeira
Fundação Nacional de Artes - FUNARTE

DM8 SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA.

CNPJ nº 54.169.375/0001-09

CONVOCAÇÃO - REUNIÃO DE SÓCIOS

O sr. **Fernando Alves Rocha**, na qualidade de administrador da **DM8 SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº 54.169.375/0001-09, e na JUCERJA sob o NIRE nº 33.2.1312439-1, com base nas cláusulas 9 e 39 do Contrato Social, e nos arts. 1.072 e 1.152 do Código Civil, convoca todos os sócios a se reunirem em Assembleia Extraordinária, a ser realizada no dia 25 de março de 2026, às 11hs, na sede da Sociedade, na Rua Quinze de Novembro nº 90, sala 911, Centro, Niterói, RJ, CEP 24.020-125, com a finalidade de deliberar sobre a retirada de determinados sócios que assim o solicitaram, bem como sobre a consequente como alteração do contrato social. Rio de Janeiro, 09 de março de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO

SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÃO

AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº: 2463/2025

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 002/2025

Data de Abertura: 13/03/2026
Horário: 10:00h
Plataforma eletrônica: <https://www.licitanet.com.br>

Unidades Contratantes:

Fundo Municipal de Educação - Prefeitura de Arraial do Cabo/RJ

Objeto

Dispensa Eletrônica PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS DEMANDAS ORIUNDAS DO SETOR DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DO MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO - RJ.

Valor estimado

R\$ 50.232,55
(Cinquenta mil, duzentos e trinta e dois reais e cinquenta e cinco centavos)

Registro de Preços?

Vistoria

Modo de disputa

Critério de Julgamento

Não

Não

Aberto

MENOR VALOR POR ITEM

Itens Exclusivos para ME/EPP?

Itens com Cota Reservada para ME/EPP?

Exigência de Amostra?

Participação de Consórcio

Sim

Sim

Não

Não

Intervalo mínimo de diferença entre lances

R\$0,05(cinco centavos)

Pregoeiro

Sr. Hélio Fernando Mozart Gimenez (portaria nº 3.067/2025)

Fundamento Legal

Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 4.483/25 e demais legislações pertinentes

Observações Gerais:

1) O Edital e outros anexos estão disponíveis para download no Portal <http://licitanet.com.br> e também no Portal da Transparência, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo/RJ: <http://www.arraial.rj.gov.br>.
2) Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem os sites www.arraial.rj.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br, para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO

SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÃO

PROCESSO Nº: 152/2025

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026

Data de Abertura: 20/03/2026
Horário: 10:00h
Plataforma eletrônica: <https://www.licitanet.com.br>

Unidades Contratantes:

Secretaria Municipal de Saúde - Prefeitura de Arraial do Cabo/RJ

Objeto:

Pregão Eletrônico para futura e eventual contratação de empresa habilitada no fornecimento de REPELENTE E PROTETOR SOLAR, com o objetivo de atender às demandas oriundas da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, na qualidade de ÓRGÃO GERENCIADOR da contratação, bem como das demais secretarias envolvidas, quais sejam: Turismo; Desenvolvimento Social, Trabalho, Renda e Direitos Humanos; Segurança Pública; Meio Ambiente e Saneamento; Obras; Ordem Pública, Posturas e Fiscalização; Fundação do Meio Ambiente; e Mobilidade Urbana. A modalidade licitatória será Pregão Eletrônico, utilizando do Sistema de Registro de Preços, pelo critério de julgamento menor preço por item.

Valor estimado

R\$ R\$1.625.405,04
(Um milhão, seiscentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e cinco reais e quatro centavos).

Registro de Preços?

Vistoria

Modo de disputa

Critério de Julgamento

Sim

Não

Aberto

MENOR PREÇO POR ITEM

Itens Exclusivos para ME/EPP?

Itens com Cota Reservada para ME/EPP?

Exigência de Amostra?

Participação de Consórcio

Não

Não

Não

Sim

Intervalo mínimo de diferença entre lances

R\$ 0,05 (cinco centavos)

Pregoeiro

Sr. Hélio Fernando Mozart Gimenez
(portaria nº 510/2025, de 03 de fevereiro de 2025)

Fundamento Legal

Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 4.483/25 e demais legislações pertinentes

Observações Gerais:

1) O Edital e outros anexos estão disponíveis para download no Portal <http://comprasgov.com.br> e também no Portal da Transparência, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo/RJ: <http://www.arraial.rj.gov.br>.
2) Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem os sites www.arraial.rj.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br, para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO

SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÃO

PROCESSO Nº: 2259/2025

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026

Data de Abertura: 20/03/2026
Horário: 11:00h
Plataforma eletrônica: <https://www.licitanet.com.br>

Unidades Contratantes:

Fundo Municipal de Educação - Prefeitura de Arraial do Cabo/RJ

Objeto

Pregão Eletrônico para futura e eventual contratação de empresa habilitada EM FORNECIMENTO PARA AQUISIÇÃO PERMANENTE DE ITENS PARA ATENDER AS DEMANDAS ORIUNDAS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO - RJ. A modalidade licitatória será Pregão Eletrônico, utilizando o Sistema de Registro de Preços, pelo critério de julgamento menor preço por item. Regime de Execução Menor Preço Unitário.

Valor estimado

R\$ 1.472.687,64
(Um milhão, quatrocentos e setenta e dois mil, seiscentos e oitenta e sete reais e sessenta e quatro centavos).

Registro de Preços?

Vistoria

Modo de disputa

Critério de Julgamento

Sim

Não

Aberto

MENOR PREÇO POR ITEM

Itens Exclusivos para ME/EPP?

Itens com Cota Reservada para ME/EPP?

Exigência de Amostra?

Participação de Consórcio

Sim

Não

Não

Sim

Intervalo mínimo de diferença entre lances

R\$ 0,05
(cinco centavos)

Pregoeiro

Sr. Hélio Fernando Mozart Gimenez
(portaria nº 510/2025, de 03 de fevereiro de 2025)

Fundamento Legal

Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 4.483/25 e demais legislações pertinentes

Observações Gerais:

1) O Edital e outros anexos estão disponíveis para download no Portal <http://licitanet.com.br> e também no Portal da Transparência, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo/RJ: <http://www.arraial.rj.gov.br>.
2) Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem os sites www.arraial.rj.gov.br e www.gov.br/compras/pt-br, para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.

ROGÉRIO DE ANDRADE

Presos 15 PMs que faziam segurança de bicheiro

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

Um grupo de 15 policiais militares que integravam o núcleo de segurança do bicheiro Rogério de Andrade, na região de Bangu, no Rio, foram presos ontem. Também foi cumprido um novo mandado de prisão contra o próprio bicheiro, que já está preso.

No total, a Justiça expediu 20 mandados, sendo 18 contra integrantes do núcleo, entre policiais militares e penais, da ativa e inativos. Também foi alvo um policial civil inativo, que foi cooptado pela organização criminosa enquanto ainda estava no cargo.

A reportagem não conseguiu contato com as defesas dos investigados. A Polícia Militar, a Polícia Civil e a Administração Penitenciária do Rio dizem que acompanham os casos que envolvem seus agentes.

Entre os 16 PMs investigados - um está foragido -, dez são subtenentes. A denúncia ofere-

cida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) é resultado de investigação criminal conduzida pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do MPRJ.

De acordo com o grupo especializado, os denunciados atuavam na segurança de pontos de exploração ilegal de jogos de azar na região de Bangu e se valiam da prática sistemática de atos de corrupção para garantir a livre atividade do grupo criminoso.

Os alvos da operação vão responder pelos crimes de organização criminosa armada, majorada pelo concurso de funcionários públicos e pela conexão com outras organizações criminosas, além de corrupção ativa e passiva.

PMS DE OITO BATALHÕES

Os mandados, expedidos pela 1ª Vara Especializada em Organização Criminosa da Comarca da Capital, foram cumpridos em endereços nas cidades do

Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Mangaratiba, Nilópolis e São João de Meriti, bem como na Penitenciária Federal de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, onde Rogério de Andrade está preso.

Os policiais militares denunciados atuavam na Subsecretaria de Gestão de Pessoas, no Batalhão de Policiamento de Vias Expressas (BPVE) e em outros sete batalhões de Polícia Militar do Rio. Os presos foram levados para a unidade prisional da PM em Niterói, na região metropolitana do Rio. Ao menos uma arma irregular foi apreendida.

No final de janeiro, dois policiais militares aposentados acusados de fazer a segurança pessoal de Andrade já tinham sido presos na Operação Pretoria-nos, do MPRJ.

PRESO NA BARRA

Rogério Andrade foi preso em 2024, durante a Operação Último Ato, do Gaeco do Rio. Ele foi detido em sua casa, em um condomínio de luxo na Barra da

Tijuca. Posteriormente foi transferido para o presídio federal.

Andrade foi denunciado à Justiça pelo homicídio do também contraventor Fernando de Miranda Ignácio, genro do contraventor falecido Castor de Andrade. Rogério de Andrade é sobrinho de Castor que, segundo a polícia, comandava o jogo do bicho e máquinas de caça-níqueis em toda a zona oeste da cidade.

A Secretaria de Polícia Militar disse que não compactua com desvios de conduta e que os agentes vão ser submetidos a processos administrativos disciplinares para avaliar se permanecem ou não na corporação.

A Secretaria de Administração Penitenciária informou que a corregedoria acompanhou a ação do Gaeco em relação aos policiais penais. Uma sindicância interna vai ser instaurada para apurar o caso.

A Polícia Civil diz que instaurou processo administrativo disciplinar em relação ao policial civil inativo.

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou um novo medicamento indicado para o tratamento de crises focais em adultos com epilepsia farmacorresistente, o Xcopri (cenobamato), da Momenta Farmacêutica.

Pacientes com essa condição ainda apresentam crises mesmo após recorrer a pelo menos dois tratamentos diferentes, situação que chega a acometer cerca de 30% das pessoas com epilepsia.

O cenobamato reduz a atividade elétrica anormal no cérebro, o que diminui a incidência desses episódios.

Nos estudos clínicos, o tratamento demonstrou redução significativa na frequência das crises, diz a Anvisa. Quatro em cada dez pacientes que tomaram 100 miligramas (mg) por dia tiveram diminuição de pelo menos 50% das crises, e 64% dos que receberam 400 mg por dia tiveram a mesma melhora. No grupo que tomou placebo durante os testes, houve melhora de 26%.

Mesmo com o registro aprovado, Xcopri só poderá ser vendido após a definição do preço máximo pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED).

A oferta no SUS (Sistema Único de Saúde) depende de avaliação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec) e de decisão do Ministério da Saúde.

ENTENDA A EPILEPSIA

A epilepsia é uma alteração temporária e reversível do funcionamento do cérebro, que não é causada por febre, drogas ou distúrbios metabólicos.

Durante alguns segundos ou minutos, uma parte do cérebro emite sinais incorretos, que podem ficar restritos a esse local ou se espalhar. Se ficarem restritos, a crise será chamada parcial. Se envolverem os dois he-

misférios cerebrais, a crise é generalizada.

O diagnóstico é feito clinicamente, na maioria dos casos, em um exame físico geral, com ênfase nas áreas neurológica e psiquiátrica e com um histórico detalhado pelo paciente ou uma testemunha que poderá descrever a crise em detalhes.

A ocorrência de uma aura, isto é, uma crise em que o paciente não perde a consciência, está entre as informações que devem ser relatadas aos serviços de saúde, assim como os fatores precipitantes da crise, a idade de início, a frequência e os intervalos entre as crises.

MARÇO ROXO

A notícia chega à comunidade médica durante o Março Roxo, período dedicado à conscientização sobre a epilepsia, que inclui o Dia Mundial de Conscientização da Epilepsia, celebrado em 26 de março.

A iniciativa busca informar a população sobre essa condição neurológica, reduzir o estigma social e promover empatia e compreensão. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 65 milhões de pessoas convivem com epilepsia no mundo.

No Brasil, mais de 2 milhões de pessoas apresentam a condição de saúde. De acordo com a Liga Brasileira de Epilepsia (LBE), muitas dessas pessoas enfrentam não apenas os desafios do tratamento, como o preconceito e a desinformação.

Segundo a neurologista e membro da diretoria da LBE, Juliana Passos, o medicamento representa um avanço especialmente para pacientes com epilepsia de difícil controle.

“Trata-se de medicação indicada no tratamento de pacientes com epilepsia farmacorresistente, cujos resultados foram muito superiores àqueles alcançados pelos novos medicamentos anti-crisas disponíveis. Oferecer uma chance consideravelmente maior de controle das crises para esses pacientes é urgente”, afirma.

SEDENTARISMO

Exercícios contribuem para envelhecimento mais saudável

Praticar atividades físicas pode ajudar em um envelhecimento mais saudável. É o que defendem especialistas neste dia de consciência e combate ao sedentarismo (10). A prática regular pode evitar doenças e garantir mais mobilidade e autonomia ao longo de toda a vida.

Segundo a médica e professora de geriatria da pós-graduação da Afya Vitória, Karoline Fiorotti, o sedentarismo está associado ao aumento de doenças crônicas, como hipertensão, diabetes tipo 2 e colesterol elevado, além de favorecer a sarcopenia, que é a perda progressiva de massa e força muscular e que compromete o equilíbrio, a marcha e a capacidade de reação, elevando o risco de quedas, fraturas e hospitalizações.

“O corpo do idoso responde muito rapidamente à inatividade. Em poucas semanas, já é possível observar perda de massa muscular, piora do equilíbrio e redução da capacidade cardiorrespiratória”, diz.

Raul Oliveira, professor da graduação de fisioterapia da Afya Centro Universitário Itaperuna, complementa que atividades simples do cotidiano, como caminhar, levantar e sentar, subir pequenos degraus, alongar ou até realizar tarefas domésticas, ajudam a preservar a força muscular, a mobilidade das articulações, o

equilíbrio e a coordenação, fatores essenciais para a independência nas atividades diárias, como tomar banho, se vestir e locomover.

A atividade física desempenha ainda papel relevante na preservação da memória e do raciocínio ao longo da vida.

Segundo os especialistas algumas das consequências do sedentarismo, sentidas principalmente por pessoas idosas são:

PERDA DE MASSA

A falta de movimento acelera a perda de massa e força muscular. Com menos músculos, o idoso perde autonomia para realizar tarefas simples do dia a dia, como subir escadas, levantar da cadeira ou carregar objetos.

RISCO DE QUEDAS

Fraqueza muscular e piora do equilíbrio aumentam a instabilidade ao caminhar. O sedentarismo reduz reflexos e coordenação, elevando significativamente o risco de quedas e fraturas.

RIGIDEZ ARTICULAR

Articulações que não se movimentam perdem mobilidade e flexibilidade. Isso favorece dores persistentes, limitação de movimentos e piora de quadros como artrose.

DOENÇA

Sobe para 140 número de casos confirmados de Mpox no país

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

O número de casos confirmados de Mpox no país subiu para 140 desde o início de 2026. Não houve registro de mortes decorrentes da doença no período. Os casos suspeitos somam 539; além de 9 prováveis. Os dados são do Ministério da Saúde e foram atualizados na segunda-fei-

ra passada.

Em janeiro, o número de casos confirmados e prováveis totalizou 68; em fevereiro, 70; e em março, 11. No ano, o estado que mais registrou casos da doença foi São Paulo (93), seguido pelo Rio de Janeiro (18) e Rondônia (11).

MPOX

A Mpox é uma doença do

mesmo gênero da varíola humana, mas geralmente menos letal. Trata-se de uma doença zoonótica viral em que a transmissão para humanos pode ocorrer por meio do contato com pessoas infectadas pelo Mpox vírus, materiais contaminados com o vírus, ou animais silvestres infectados.

Os sinais e sintomas, em ge-

ral, incluem erupção cutânea ou lesões de pele, linfonodos inchados (ínguas), febre, dor de cabeça, dores no corpo, calafrio, e fraqueza.

Pessoas com sintomas compatíveis devem procurar uma unidade de saúde para avaliação. Recomenda-se evitar o contato próximo com outras pessoas.

DIREITO PENAL

Professor universitário é preso sob suspeita de abusar de crianças no RJ

A Polícia Civil do Rio de Janeiro prendeu ontem, um professor universitário suspeito de abusar sexualmente de quatro menores de idade, além de produzir e armazenar vídeos e fotografias dos abusos. O advogado e professor de Direito Penal foi preso em casa, no bairro do Grajaú, na zona norte do Rio.

As investigações apontaram que o professor explorava a carência financeira de famílias em vulnerabilidade social auxilia-

das por um projeto de assistência jurídica do qual ele fazia parte e usava da relação de confiança como advogado para aliciar crianças e adolescentes.

Durante as diligências desta terça-feira, os agentes encontraram na casa do suspeito substâncias entorpecentes, que serão objeto de apuração. Os policiais da Delegacia da Criança e do Adolescente Vítima (DCAV) cumpriram um mandado de prisão temporária por estupro de

vulnerável e produção e posse de pornografia infantil.

Segundo a Polícia Civil do Rio, a investigação teve início a partir da troca de informações com organismos internacionais, que apontavam a produção e o armazenamento de imagens de pornografia infantil em aparelhos eletrônicos vinculados ao homem.

"A partir de intenso trabalho investigativo, cruzamento de dados e análise de inteligência,

os agentes da DCAV identificaram duas vítimas, de 10 e 14 anos, ambas moradoras de comunidade do Rio, havendo ainda indícios da existência de outras vítimas", informa a polícia.

"Como forma de atrair e manter a proximidade com as vítimas, ele oferecia pequenos benefícios, especialmente lanches e alimentos, criando um ambiente de aparente informalidade e confiança", diz a corporação.

VALENÇA

Quatro são detidos por suspeita de estupro coletivo de duas meninas

LEONARDO SIQUEIRA/AE

Quatro pessoas teriam participado de um estupro coletivo contra duas meninas de 13 anos no município de Valença, no Rio de Janeiro, no último domingo. Três adultos foram presos em flagrante por estupro e exploração sexual de vulnerável, enquanto um adolescente foi autuado pelos crimes de estupro de vulnerável e tráfico de drogas, informou a Polícia Civil.

Os agentes colheram depoimentos e realizaram exames de que comprovaram o ocorrido. Diligências estão em andamen-

to para localizar um quinto envolvido, já identificado, informou o 91ª DP, Valença.

COPACABANA

O crime aconteceu pouco tempo depois da prisão de quatro suspeitos maiores de idade acusados de estuprar uma menina de 17 anos. Um menor, que teria montado a emboscada, foi apreendido. A reportagem tenta contato com a defesa dos investigados. O espaço segue aberto para manifestação.

O crime aconteceu na noite de 31 de janeiro. A estudante foi convidada ao apartamento por

um colega de escola, um menor de 17 anos, com quem já havia se relacionado. O local é de propriedade da família de um dos suspeitos. Imagens de câmeras mostram três dos cinco jovens entrando no prédio às 19h24. Um minuto depois, o menor de idade chega acompanhado da garota.

Conforme o delegado Ângelo Lages, da 12ª Delegacia de Polícia de Copacabana, que investigava o caso, o estupro durou cerca de uma hora. Depois que a jovem entrou no apartamento e foi para o quarto com o adolescente, eles invadiram o local e

trancaram a porta. O adolescente tentava convencê-la a ter relações com os demais, porém ela se negava.

O relato da vítima, condizente com os resultados dos exames, segundo o policial, indicam que ela foi imobilizada e atacada pelos cinco rapazes. O laudo do Instituto Médico Legal (IML) aponta ferimentos nas partes íntimas, hematomas nas costas e nos glúteos, e suspeita de fratura de costela. Depois do ataque, a garota enviou uma mensagem de celular para o irmão. "Preciso de ajuda agora, é sério. Eu acho que fui estuprada."

Campo

Contra violência e por reforma, mulheres do MST ocupam terras

BRUNO BOCCHNI/ABRASIL

Em defesa de uma reforma agrária popular e contra a violência de gênero, mulheres do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocupam, desde o último dia 8, latifúndios em sete estados: Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Goiás, Pernambuco, Piauí e Tocantins.

A ação faz parte da Jornada Nacional de Lutas das Mulheres do MST. De acordo com o movimento, as nove propriedades ocupadas são latifúndios onde ocorreram crimes como prática do trabalho escravo, grilagem de terras ou devastação ambiental.

“A jornada tem expressado aquilo que pode ser as mulheres organizadas enfrentando os crimes do latifúndio e também enfrentando essa escalada de violência contra as mu-

lheres, legitimada muito por esse discurso conservador e pelo avanço da extrema direita em nossa sociedade”, destacou Ayala Ferreira, da coordenação nacional do MST.

Além das ocupações, a jornada também tem feito marchas, bloqueios de estradas e atos pedindo reforma agrária e o fim das violências. As ações ocorreram em 13 estados e 23 municípios.

“Nós estamos, nesse exato momento, em processos de ocupação de latifúndios, de bloqueio de rodovias, de marchas, em processos de diálogos e de formação com outras companheiras e companheiras de outros movimentos urbanos e também rurais, tentando expressar o que pode ser a capacidade de organizar e de resistir das mulheres da classe trabalhadora”, acrescentou Ferreira.

TSE

Cármem Lúcia critica falta de espaços de poder para mulheres

A presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármem Lúcia, defendeu ontem maior participação feminina nos espaços de poder da sociedade.

Durante a abertura da sessão do TSE, a ministra fez alusão ao Dia Internacional das Mulheres Juízas, celebrado ontem.

Cármem Lúcia disse que as mulheres são excluídas dos espaços de poder por não participarem de “clubes de charutos”.

“Como nós não participamos dos chamados clubes de charutos, nós temos mais dificuldade de ocupação de um

cargo, na hora em que se tem uma promoção. Por conta até desses encontros entre os homens, que têm disponibilidade de muito maior para se divertirem”, afirmou.

VIOLÊNCIA

A ministra também pediu reflexão sobre o cenário de violência no país e disse que as mulheres vivem situações de muita “crueldade e perversidade”.

“Quando se bate, ameaça, mata uma mulher, cada uma de nós é igualmente açoitada e violentada, principalmente ferida em nossos direitos”, completou.

Milícias Digitais

Moraes arquiva inquérito contra bilionário Elon Musk

FELIPE DE PAULA/AE

O ministro Alexandre de Moraes arquivou nesta ontem, o inquérito que investiga o bilionário Elon Musk por suposta “instrumentalização criminosa” do antigo Twitter, além de suspeitas de desobediência a decisões judiciais, obstrução à Justiça em contexto de organização criminosa e incitação ao crime.

Na última terça-feira, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, pediu o arquivamento do inquérito que atinge o bilionário e dono do X. Na percepção do PGR, “as hipóteses criminais aventadas não encontraram lastro probatório suficiente para a sua confirmação”.

Para o ministro, “tendo o Ministério Público requerido o arquivamento no prazo legal, não cabe ação privada subsidiária, nem a título originário, sendo essa manifestação irretratável, salvo no surgimento de novas provas”.

No pedido de arquivamento, o procurador Paulo Gonet atestou que “não se logrou identificar comportamento doloso por parte dos representantes legais da provedora que consubstanciasse desobediência a decisões sobre suspensão de direitos, embaraço a investigações de organiza-

ções criminosas ou incitação pública ao crime; ao revés, o que se descortinou foram falhas operacionais pontuais que, uma vez notificadas, foram prontamente sanadas pela companhia”.

Musk é um dos alvos do inquérito das milícias digitais, que apura a atuação de grupos suspeitos de disseminar notícias falsas em redes sociais e foi instaurado em abril de 2024 por Alexandre de Moraes.

À época, a Polícia Federal afirmou em relatório que “os investigados intensificaram a utilização da estrutura da milícia digital fora do território brasileiro com os objetivos de se furtar ao cumprimento das ordens judiciais e tentar difundir informações falsas ou sem lastro para obter a aderência de parcela da comunidade internacional com afinidade ideológica com o grupo investigado para impulsionar o extremismo do discurso de polarização e antagonismo aos poderes constituídos no País”.

O procurador Paulo Gonet discordou da avaliação preliminar da PF e afirmou no pedido de arquivamento da investigação que “inexistem elementos de informação que apontem para uma resistência deliberada da plataforma em acatar as determinações desta Corte ou do Tribunal Superior Eleitoral”.

Crise no Judiciário

Dino defende STF e diz que Corte acerta mais do que erra

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu ontem a atuação do tribunal e afirmou que a Corte “acerta mais do que erra”.

A declaração ocorreu durante a sessão da Primeira Turma que iniciou o julgamento de três deputados do PL por desvio de emendas parlamentares.

Ao elogiar as sustentações dos advogados dos acusados, Dino reconheceu que o STF comete erros, mas ponderou

que a Corte também tem acertos.

“Esse Supremo que erra, erra como instituição humana, mas também acerta muito, acerta mais do que erra. As sustentações orais lembraram esse gigantesco acerto do STF, no momento em que há uma espécie de perda de equilíbrio no papel da cada instituição, especialmente em relação ao Supremo, mas não só”, afirmou.

A defesa da Corte ocorre no momento em que aos ministros Dias Toffoli e Alexandre de Moraes são criticados pelo suposto

relacionamento pessoal com o banqueiro Daniel Vercaro, dono do Banco Master, que foi preso na semana passada e acusado de fraudes ao sistema financeiro.

Além disso, o Supremo tem atuado para suspender o pagamento de penduricalhos nos Três Poderes, benefícios que são concedidos a servidores públicos e que, somados ao salário, não cumprem o teto remuneratório constitucional de R\$ 46,3 mil.

Mais cedo, o presidente do Supremo Tribunal Federal

(STF), ministro Edson Fachin, disse que é preciso manter distanciamento das partes e dos interesses em jogo no Judiciário. A declaração foi feita durante encontro realizado na manhã desta terça-feira com presidentes de tribunais superiores, em Brasília.

“O saudável distanciamento que mantemos das partes e dos interesses em jogo é o que permite, na prática, um mínimo de justiça social. A imparcialidade não é frieza, é a condição de possibilidade da equidade”, afirmou.

Câmara

Regulamentação de trabalho por aplicativo deve ser votada em abril

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

O projeto de lei complementar que regulamenta o trabalho de entregadores e motoristas por aplicativos pode ser votado no plenário da Câmara dos Deputados até o início de abril.

A previsão foi dada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, ontem, após reunião na residência oficial da Presidência da Câmara.

Motta disse que o objetivo principal é construir uma legislação equilibrada que proteja os autônomos e garanta o funcionamento das plataformas.

“Que consigamos entregar ao país uma condição de estes trabalhadores terem as suas garantias, terem condições mais dignas de trabalho e que isso não venha incidir no aumento do custo para os consumidores”, explicou.

Atualmente, no Brasil, o governo federal estima que existem aproximadamente 2,2 milhões de trabalhadores de plataformas digitais como Uber, 99 Táxi, IFood e InDrive.

TAXA BÁSICA

O impasse na tramitação do PLP está em relação ao pagamento da taxa básica do serviço e do adicional pela distância percorrida para o transporte de passageiros e para a entrega de bens.

O governo federal entende que o valor mínimo do serviço deve ser de R\$ 10, somado a R\$ 2,50 por quilômetro rodado.

O relator da matéria na Comissão Especial da Câmara, deputado federal Augusto Coutinho (Republicanos-PE), confirma que este é o único ponto de divergência na regulamentação do trabalho de entregadores por aplicativo.

“R\$ 10, em São Paulo, no Rio ou em Brasília não é igual a R\$ 10 no interior de Pernambuco, onde o ticket de um lanche é muito inferior ao daqui. Isso po-



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

de inviabilizar esse serviço na ponta”, avaliou.

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Guilherme Boulos (**foto**), disse que irá buscar o diálogo para tentar incorporar o valor ao relatório final da comissão especial da Câmara.

“Para o governo existem pontos que são muito caros. Um deles, que é uma demanda dos entregadores de aplicativos, dos motoqueiros, é uma taxa mínima de R\$ 10, com adicional de R\$ 2,50 por quilômetro rodado. Se não for, o governo pretende apresentar como uma emenda [ao texto na votação].

Boulos enfatiza a necessidade urgente de regulamentação da questão. “Do jeito que está só interessa às grandes plataformas e não aos trabalhadores. Hoje, você pega o motorista de Uber, a plataforma fica com 50% de taxa de retenção, isso não é razoável”, disse.

CONSENSO

Segundo Coutinho, durante a reunião houve o entendimento

entre as partes de que não haverá valor mínimo da corrida para os motoristas de aplicativos.

“Porque 25% das corridas no Brasil são cobradas menos de R\$ 8,50. Na nossa proposta, já entendemos que isso é uma matéria que podia ser retirada do texto e ficaria somente o problema com os entregadores”, explicou o relator.

SEGURANÇA MÍNIMA

Na visão do relator, o projeto traz avanços para o trabalhador do ponto de vista previdenciário, pois o projeto não isentará os profissionais autônomos da contribuição mensal à Previdência Social. “Não existe no Brasil nenhum trabalhador que pague a Previdência para ter o agasalho social pelo quanto eles [motoristas e entregadores por aplicativo] vão pagar”, disse o parlamentar.

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, reconheceu que o projeto de lei, de fato, representa uma segurança mínima e que poderá ser atualizado a cada ano para mudar a rea-

lidade atual de ausência total de direitos.

“O pior dos mundos é a situação em que estamos. Esse é o pior dos mundos para o empregador e para o motorista. (É preciso) ter uma lei que estabeleça uma segurança mínima para, a partir daí, os trabalhadores, o próprio Parlamento, o governo procurarem reavaliar, avançar mais à frente para ver se está adequada ou se precisa de aperfeiçoamento”, avalia o ministro.

ANDAMENTO

O presidente da Câmara, Hugo Motta, disse que as negociações estão em andamento para a elaboração de uma proposta final do relatório que será apresentado na Comissão Especial para ser aprovado, seguindo para votação do texto ao plenário.

O relator Augusto Coutinho adiantou que a Comissão Especial, presidida pelo deputado Joaquim Passarinho (PL-PA), deve se reunir nesta quarta-feira (11) com representantes do Executivo e do Legislativo para tratar do tema e tentar chegar a um entendimento.

Extradição bloqueada

Argentina concede refúgio permanente a golpista condenado pelo 8 de janeiro

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

A Comissão Nacional de Refugiados (Conare) da Argentina concedeu refúgio permanente ao brasileiro Joel Borges Corrêa, condenado a 13 anos e seis meses de prisão por envolvimento nos ataques às sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023.

A decisão do órgão, que é vinculado ao Ministério de Segurança Nacional do país vizinho, foi tomada no dia 4 de março, mas tornada pública ontem, segundo

o advogado Luciano Cunha, que representa Corrêa no caso.

O brasileiro estava preso no país desde o fim de 2024 e chegou a ter o pedido de extradição autorizado pela justiça da Argentina em dezembro do ano passado. Desde de janeiro, no entanto, sua prisão preventiva estava convertida em prisão domiciliar.

O pedido de extradição foi feito pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), que condenou Cor-

rêa pelos crimes de abolição violenta do Estado democrático de Direito, golpe de Estado, deterioração do patrimônio tombado, dano qualificado e associação criminosa armada.

De acordo com a defesa de brasileiro, o processo administrativo no Conare reconheceu que Joel Corrêa “deixou seu país de origem diante de fundado temor de perseguição relacionado à atribuição de opinião política, bem como diante de riscos concretos de violação a garantias fundamentais,

circunstâncias que justificam a concessão da proteção internacional pelo Estado argentino”.

Ainda segundo o advogado Luciano Cunha, com o reconhecimento formal da condição de refugiado, passam a incidir as garantias internacionais de proteção humanitária, em especial o princípio do non-refoulement (não devolução), que impede a entrega ou expulsão do refugiado para país onde possa sofrer perseguição ou violação de direitos fundamentais.

REESTRUTURAÇÃO

Senado aprova projeto que cria 24 mil cargos federais

O Senado aprovou ontem um projeto de lei que reestrutura parte do serviço público federal e cria mais de 24 mil novos cargos efetivos, sendo 3,8 mil novos professores para o ensino superior e mais de 9,5 mil para os institutos federais de educação, ciência e tecnologia.

O texto prevê ainda a criação de uma nova carreira federal e do Instituto Federal do Sertão Paraibano (IFSertãoPB). O projeto vai para sanção presidencial.

De acordo com o relator do projeto, o senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), cerca de 270 mil servidores serão beneficiados de alguma forma pelas mudanças no serviço público

"Valorização do serviço público e valorização dos servidores é um compromisso a ser cumprido por um governo que é leal à democracia e que compreende a necessidade de fortalecimento do Estado brasileiro como instituição de todos os brasileiros. Só se valoriza o papel do Estado quando se valoriza os seus servidores", afirmou.

A votação foi acompanhada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), e pela ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck.

NOVOS CARGOS

Veja como serão os 24 mil novos cargos:
- 200 cargos de especialista em regulação e vigilância sanitária e 25 de técnico em regulação e vigilância sanitária para a Agência Nacional de Vigilância Sani-



tária (Anvisa);
- 3.800 cargos de professor do magistério superior e 2.200 de analista em educação para as universidades federais;
- 9.587 cargos de professor do ensino básico, técnico e tecnológico, 4.286 de técnico em educação e 2.490 de analista em educação para as instituições de ensino da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
- 750 cargos de analista técnico de desenvolvimento socioeconômico e 750 de analista técnico de Justiça e Defesa no Ministério da Gestão e da Inovação (MGI).

NOVA CARREIRA

O texto prevê a criação da carreira de analista técnico do

Poder Executivo Federal (ATE), composta por 6,9 mil cargos vagos de especialidades administrativas distribuídas por diferentes órgãos.

Servidores com formação em áreas como administração, contabilidade, biblioteconomia e arquivologia passarão a integrar essa carreira única, com lotação no MGI.

A remuneração desses servidores será composta por vencimento básico e Gratificação de Desempenho de Atividades Executivas (GDATE). A gratificação poderá chegar a 100 pontos, cada um no valor de R\$ 61,20, distribuídos entre avaliação individual (até 20 pontos) e resultados institucionais (até 80 pontos).

Vantagens pessoais atual-

mente recebidas pelos servidores serão preservadas, e se houver redução de remuneração após a migração, será criada uma vantagem pessoal nominalmente identificada (VPNI) para compensar a diferença. Com o reenquadramento previsto para abril de 2026, o topo da carreira poderá alcançar cerca de R\$ 15,8 mil.

O texto aprovado também estabelece regras para o desenvolvimento nessa carreira. A progressão dependerá de 12 meses em cada padrão e de pontuação mínima em avaliação de desempenho. A promoção entre classes exigirá pontuação adicional vinculada à experiência profissional, capacitação e qualificação acadêmica.

CORRUPÇÃO

PGR pede condenação de deputados do PL por desvio de emendas

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A Procuradoria-Geral da República (PGR) defendeu ontem a condenação de dois deputados federais e um suplente do PL pelos crimes de corrupção passiva e organização criminosa.

A manifestação da procuradoria foi feita durante a sessão da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) que vai decidir se os deputados Josimar Maranhãozinho (PL-MA) (**foto**), Pastor Gil (PL-MA), além do suplente Bosco Costa (PL-SE), serão condenados pelos crimes de corrupção passiva e organização criminosa.

"A gravidade desse crime, de malversação das verbas públicas, se torna ainda mais grave por esse contexto da pobreza do estado do Maranhão", apontou o subprocurador-geral da República, Paulo Jacobina

Ele destacou que a conduta causou prejuízos ao Sistema Único de Saúde (SUS), prejudicando o acesso da população a esses serviços.

De acordo com denúncia apresentada pela PGR, os parlamentares teriam cobrado propina para a liberação de emendas



parlamentares. Mais cinco pessoas ligadas aos parlamentares também são réus no processo.

Conforme a acusação, entre janeiro e agosto de 2020, os deputados solicitaram vantagem indevida de R\$ 1,6 milhão para liberação de R\$ 6,6 milhões em emendas para o município de São José de Ribamar (MA).

Após ouvirem as sustentações da PGR e dos advogados dos acusados, o julgamento foi suspenso e será retomado na próxima terça-feira (17), quando serão proferidos os votos pela condenação ou absolvição dos acusados.

O caso é relatado pelo minis-

tro Cristiano Zanin. Também fazem parte da turma os ministros Flavio Dino, Alexandre de Moraes e Cármen Lúcia.

DEFESAS

A defesa de Bosco Costa disse que as investigações deveriam ter tramitado inicialmente no STF e devem ser anuladas.

O advogado Leandro Racca também negou que os recursos envolvidos tenham relação com emendas parlamentares. Segundo ele, a Controladoria-Geral da União (CGU) não identificou que os recursos são oriundos de emendas.

"A certeza para o fim de im-

putação penal, com relação à autoria de emenda parlamentar, absolutamente não existe", afirmou.

O advogado Felipe Fernandes de Carvalho negou que Josimar Maranhãozinho tenha encaminhado emendas para o município São José de Ribamar (MA). Segundo o advogado, o parlamentar era adversário político do então prefeito José Eudes.

"É incompreensível pensar que um deputado, que não tem base eleitoral no município de São José de Ribamar, que não conhece o prefeito, encaminhe algum tipo de recurso para aquele município", afirmou.

O advogado de Pastor Gil declarou que a defesa só teve acesso completo a documentos do processo após fase de interrogatório. Durante a sustentação, Maurício de Oliveira também citou supostas ilegalidades na fase de investigação da Polícia Federal.

"É incontroverso. Manipularam livremente os elementos digitais e corromperam a prova digital desse processo", completou.

TSE

Ministro bolsonarista suspende julgamento que pode cassar Castro

ANDRE RICHTER/ABRASIL

O ministro Nunes Marques, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), pediu vista e suspendeu ontem o julgamento do processo que pede cassação do mandato do governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, por abuso de poder político e econômico na campanha à reeleição, em 2022.

Até o momento, o placar da votação está 2 votos a 0 pela cassação de Castro. O julgamento será retomado no dia 24 de março. Faltam cinco votos.

Em novembro do ano passado, o primeiro voto pela cassação de Castro foi proferido pela relatora ministra Maria Isabel Galotti, mas a análise do caso foi suspensa por um pedido de vista do ministro Antônio Carlos Ferreira.

Na sessão de ontem, Ferreira acompanhou a relatora e também votou pela cassação.

Se o entendimento for mantido, Castro poderá ficar inelegível por oito anos, e novas eleições para o governo do estado devem ser convocadas.

Os votos também condenam o ex-vice-governador Thiago Pampolha, Gabriel Rodrigues Lopes, ex-presidente da Ceperj, e o deputado estadual Rodrigo da Silva Bacellar (União), ex-secretário de governo.

RECURSO

O Ministério Público Eleito-

STF

Edson Fachin defende distanciamento de interesses no Judiciário

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) (**foto**), ministro Edson Fachin, disse ontem que é preciso manter distanciamento das partes e dos interesses em jogo no Judiciário.

A declaração foi feita durante encontro realizado na manhã desta terça-feira com presidentes de tribunais superiores, em Brasília.

O encontro ocorreu em meio às críticas aos ministros Dias Toffoli e Alexandre de Moraes pelo suposto relacionamento pessoal com o banqueiro Daniel Vorcara, dono do Banco Master, que foi preso na semana passada.

Durante a reunião, Fachin discursou sobre o futuro da magistratura no país. O presidente disse que o Judiciário representa a institucionalidade do país e defendeu a imparcialidade dos juízes.

"O saudável distanciamento que mantemos das partes e dos interesses em jogo é o que permite, na prática, um mínimo de justiça social. A imparcialidade não é frieza, é a condição de possibilidade da equidade", afirmou.

No mês passado, Toffoli deixou a relatoria do caso Master após a Polícia Federal informar que há menções a ele em mensagens encontradas no celular de Vorcara. Toffoli é um dos sócios do resort Tayayá, localizado no Paraná. O empreendimento foi comprado por um fundo de investimentos que é ligado ao Master e investigado pela PF.

Na semana passada, uma suposta troca de mensagens entre Vorcara e Alexandre de Moraes foi divulgada pelo jornal O Globo, que teve acesso aos prints de mensagens encontradas no celular do banqueiro, que foi preso durante operação da PF. Moraes negou ter conversado com Vorcara e disse que as mensagens

ral (MPE) e coligação do ex-deputado Marcelo Freixo (PSOL-RJ) pretendem reverter a decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) que, em maio de 2024 absolveu o governador e os outros acusados no processo que trata de supostas contratações irregulares na Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (Ceperj) e na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj).

O MPE afirmou que Castro obteve vantagem eleitoral na contratação de servidores temporários, sem amparo legal, e na descentralização de projetos sociais para enviar recursos para entidades desvinculadas da administração pública do Rio.

De acordo com a acusação, a descentralização de recursos ocorreu para fomentar a contratação de 27.665 pessoas, totalizando gastos de R\$ 248 milhões.

DEFESA

Antes da suspensão do julgamento, o advogado Fernando Neves, representante de Castro, disse que o governador apenas sancionou uma lei da Assembleia Legislativa e um decreto para regulamentar a atuação da Ceperj e não pode ser responsabilizado por eventuais irregularidades.



foram destinadas a outros contatos que constam na agenda do banqueiro.

PENDURICALHOS

O presidente do STF também defendeu que os magistrados devem ser bem remunerados. Contudo, os pagamentos devem estar amparados pela Constituição.

"Os privilégios funcionais da magistratura existem como depósito da confiança pública e só se sustentam enquanto essa confiança existir", comentou.

MOMENTO DE TENSÃO

Fachin também reconheceu que o debate sobre os vencimentos dos magistrados ocorre em um "momento de tensão" na Corte.

"Vim dizer, com o respeito que cada um de vocês merece, que o Judiciário não pode sair deste momento menor do que entrou", completou o presidente.

A Corte deve retomar no dia 25 de março o julgamento das decisões dos ministros Flávio Dino e Gilmar Mendes que suspenderam o pagamento de penduricalhos nos Três Poderes, benefícios que são concedidos a servidores públicos e que, somados ao salário, não cumprem o teto remuneratório constitucional de R\$ 46,3 mil.

SUICÍDIO

GSI abre inquérito para investigar morte de agente na entrada do Alvorada

HUGO HENUD/AE

Um agente do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) tirou a própria vida ontem, na entrada de serviço do Palácio da Alvorada, residência oficial da Presi-

dência da República, em Brasília. O órgão informou que abrirá um Inquérito Policial Militar (IPM) para investigar as circunstâncias da morte. Em nota, o GSI lamentou o episódio e afirmou que está prestando apoio à família do mi-

litar. Após o incidente, o acesso da imprensa às instalações do Palácio da Alvorada foi temporariamente interrompido.

"O GSI/PR lamenta o ocorrido e está prestando apoio à família do militar", disse o gabi-

nete no comunicado. A instituição acrescentou que segue comprometida em manter seus integrantes "em plenas condições para cumprir a missão de proteger as instalações sob sua responsabilidade".

DITADOR AMERICANO

Genocida dos EUA ameaça invadir e tomar Cuba na ‘mão grande’

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, voltou a fazer ameaças a Cuba na segunda-feira passada. É ao menos a quarta vez que ele sugere uma ofensiva contra a ilha. "Pode ser ou não uma tomada de controle amigável", afirmou.

No sábado passado, em encontro com aliados latino-americanos ele afirmou que Cuba estava nos "últimos momentos de vida". "Eles não têm dinheiro, não têm petróleo. Eles têm uma filosofia ruim, eles têm um regime ruim que tem sido ruim por muito tempo", disse o presidente dos EUA, adicionando, "Cuba está em seus últimos momentos de vida."

Na última sexta-feira, em entrevista à CNN, ele já tinha afirmado que Cuba cairia em breve. Ainda de acordo com o mandatário, a ilha, que enfrenta graves problemas de abastecimento por conta dos bloqueios impostos pelo governo americano, deseja "fechar um acordo".

"Eles querem fechar um acordo, então vou colocar o Marco (Rubio) lá e veremos como isso funciona. Estamos realmente focados nisso agora. Temos bastante tempo, mas Cuba está pronta - depois de 50 anos", acrescentou.

"Estou acompanhando isso há 50 anos, e caiu no meu colo por minha causa, caiu, mas mesmo assim caiu no meu colo. E estamos indo muito bem", continuou ele.

O tema foi abordado há menos de um mês pelo republicano em uma coletiva de imprensa na Casa Branca. Na ocasião, ele mencionou que considera uma "tomada amigável" de Cuba.

"O governo cubano está

conversando conosco e eles têm problemas muito sérios, como vocês sabem. Eles não têm dinheiro, não têm nada agora, mas estão conversando conosco e talvez vejamos uma tomada amigável de Cuba", disse o presidente americano a repórteres ao sair da Casa Branca para uma viagem ao Texas.

No final de fevereiro, o secretário de Estado, Marco Rubio, afirmou que Cuba precisa de "mudanças radicais", pouco depois de os Estados Unidos terem flexibilizado suas restrições às exportações de petróleo para a ilha, que atravessa uma grave crise econômica, por "razões humanitárias".

Os Estados Unidos impuseram um embargo energético a Cuba desde janeiro, alegando a "ameaça excepcional" que a ilha comunista, localizada a apenas 150 km da costa da Flórida, representa para a segurança nacional americana.

Rubio fez essas declarações em uma cúpula de chefes de governo da Comunidade do Caribe (CARICOM) no arquipélago de São Cristóvão e Névis.

Segundo o Miami Herald, autoridades americanas próximas ao Secretário de Estado se encontraram na quarta-feira com Raúl Rodríguez Castro, neto do ex-líder cubano Raúl Castro.

Rodríguez Castro não ocupa nenhum cargo oficial no governo cubano, mas é considerado uma figura influente na ilha. O portal de notícias Axios já havia noticiado que Rubio, nascido nos Estados Unidos, filho de pais cubanos, estava em contato com Rodríguez Castro.

CANAL FECHADO

Estreito de Ormuz: 7 marinheiros morrem em ataques recentes

O chefe da Organização Marítima Internacional, Arsenio Dominguez, afirmou na segunda-feira passada, que pelo menos sete marinheiros, de diferentes nacionalidades, foram mortos perto do Estreito de Ormuz. Ele disse que os marinheiros foram mortos em ataques "recentes" a navios mercantes. Segundo Dominguez, vários outros marinheiros ficaram feridos, "alguns deles gravemente".

Ele não revelou quem estava por trás dos ataques e pediu que as empresas de navegação tenham "o máximo de cautela" na região. Ele disse que todas as partes devem respeitar a liberdade de navegação.

O Estreito de Ormuz é uma das principais rotas globais de transporte de petróleo e gás natural. A guerra no Oriente Médio elevou a preocupação sobre eventuais interrupções na navegação e o impacto nos mercados de energia e no comércio internacional.

O Irã chegou a anunciar na semana passada que fechou o Estreito de Ormuz e ameaçou incendiar qualquer navio que tentasse passar. Em seguida, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou que a Marinha americana poderia escortar petroleiros através de Ormuz "se fosse necessário" e que tinha ordenado à Corporação Financeira de Desenvolvimento dos Estados Unidos (DFC) para fornecer seguro contra riscos políticos e garantidas para a segurança financeira de todo o comércio marítimo a um preço "muito razoável".

Na segunda-feira, o presi-

dente da França, Emmanuel Macron, prometeu reforçar a defesa de Chipre e anunciou uma iniciativa liderada por Paris para escortar navios petroleiros e de gás com o objetivo de reabrir gradualmente o Estreito de Ormuz após a fase mais intensa do conflito.

Macron também anunciou o envio de navios de guerra e outros meios militares ao Mediterrâneo Oriental, após um ataque com drone atingir uma base aérea britânica em Chipre na semana passada. O líder francês afirmou que a mobilização militar busca reforçar a proteção de aliados europeus diante do risco de ampliação do conflito envolvendo o Irã.

A União Europeia também afirmou estar preparada para reforçar suas missões de proteção do tráfego marítimo em meio à escalada da guerra no Oriente Médio e aos riscos para cadeias globais de abastecimento e segurança energética.

Também nesta segunda, o chefe do Conselho Supremo de Segurança Nacional do Irã, Ali Larijani, criticou as iniciativas ocidentais para garantir a segurança no Estreito de Ormuz em meio à escalada militar no Oriente Médio. Em publicação no X, ele afirmou que é "improvável que qualquer segurança seja alcançada no Estreito de Ormuz sob o fogo da guerra iniciada pelos Estados Unidos e por Israel na região".

Larijani acrescentou que a estabilidade na via marítima estratégica também não pode depender de atores que, segundo ele, ajudaram a alimentar o conflito.

REPÚBLICA ISLÂMICA

Resistência do Irã pressiona EUA a encerrarem guerra

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

A capacidade de resistência da República Islâmica do Irã e as retaliações contra aliados dos Estados Unidos (EUA) no Golfo Pérsico, assim como os impactos sobre o comércio do petróleo, estão pressionando a Casa Branca a encerrar o conflito sem alcançar o objetivo de “mudança de regime” em Teerã. Essa é avaliação de especialistas consultados pela Agência Brasil.

O cientista político e especialista em geopolítica Ali Ramos destacou que o Irã conseguiu afetar o sistema de radares dos EUA no Oriente Médio e impôs perdas importantes à cadeia do petróleo global.

“Os EUA não têm como derubar o governo iraniano sem invasão terrestre, o que traria baixas gigantescas. A topografia do Irã inviabiliza qualquer ação rápida. Os EUA simplesmente entraram num atoleiro e Trump não sabe como sair”, avalia o especialista em defesa e estudos sobre a Ásia.

Os radares dos EUA no Oriente Médio afetados por Teerã eram responsáveis pela interceptação dos mísseis iranianos. Há relatos de radares atingidos no Kuwait, Catar, Arábia Saudita, Bahrein e Emirados Árabes Unidos, segundo análise de imagens de satélites e vídeos do jornal New York Times.

“Toda essa cobertura satelital e de radar faz com que os EUA tenham olhos no terreno. Com isso degradado, as baixas au-

mentam, o tempo do alerta [contra mísseis do Irã] em Israel diminui. Por isso, agora tem vídeo de mísseis entrando toda hora em Israel, que os interceptadores não conseguem mais barrar”, completou.

Aliados de Washington no Golfo passaram a pedir o fim do conflito, como o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores do Catar, Majed al-Ansari.

“Chegar rapidamente à mesa de negociações e suspender os ataques serviria aos interesses dos povos da região, bem como à paz e segurança internacionais, além de fortalecer a estabilidade econômica global”, disse al-Ansari, de acordo coma Al Jazzera, um veículo de comunicação árabe.

SEM TROCA DE REGIME

O professor de relações internacionais do Ibmecc São Paulo (SP) Alexandre Pires ponderou à Agência Brasil que os EUA esperavam conseguir uma troca de regime rápida por meio do assassinato do líder Supremo Ali Khamenei.

“O Irã tem apresentado uma resiliência muito mais forte do que se esperava. Inclusive, escolhendo uma liderança suprema sem nenhum tipo de negociação, e que dá um sinal de que o regime vai continuar na mesma linha que já seguia com o Khamenei”, comentou.

Pires acrescentou que a pressão sobre os mercados do petróleo, que levou o presidente estadunidense Donald Trump a relaxar as sanções contra a Rús-

sia para aliviar os preços no mercado global, tem preocupado os aliados de Trump no mundo e internamente, com o preço do combustível aumentando nos EUA.

“Ainda que tenha sido dito no início que duraria quatro, cinco semanas, obviamente que esse não era o tempo que os EUA queriam. Isso vai fazendo com que os EUA mudem talvez o foco atual de uma guerra completa, de ter que ficar o tempo necessário até você ter uma troca das lideranças”, completou.

Donald Trump disse na terça-feira passada, em entrevista à Fox News, que não ficou feliz com a escolha do novo líder Supremo so Irã, mas que “é possível” que venha a negociar com Teerã.

ISRAEL

Para o especialista do Ibmecc SP Alexandre Pires, Israel deve resistir a encerrar o conflito uma vez que quer aproveitar o máximo para enfraquecer o Irã.

“Há um certo sinal de divisão nos dois aliados. Isso não foi tornado público, mas há um sinal de falas contraditórias de um lado e de outro”, disse.

Para Pires, o Irã conseguiu afetar a cadeia do petróleo ao bloquear o canal comercial do Golfo Pérsico, Estreito de Ormuz e Golfo de Oman.

“Isso faz com que tentem forçar um recuo ou uma negociação americana-israelense em razão da pressão feita pela comunidade internacional sobre

Israel e EUA com relação à cadeia energética mundial”, completou.

Em entrevista de terça-feira, o ministro das relações exteriores de Israel, Gideon Saar, disse que o país não quer uma guerra sem fim.

“Consultaremos nossos amigos americanos quando acharmos que é o momento certo para isso. Não estamos buscando uma guerra sem fim”, disse Saar a repórteres em Jerusalém, segundo noticiou o jornal israelense The Times of Israel.

REPERCUSSÕES

Uma das dificuldades para encerrar a guerra, na avaliação do cientista político Ali Ramos, é que a manutenção do regime no Irã representaria uma derrota para Casa Branca.

“O Irã vai ser o primeiro país da história que atacou tantas bases dos EUA ao mesmo tempo e sobreviveu. É por isso o desespero do Trump. Os países da região não vão mais confiar nos EUA no médio e longo prazo enquanto garantidor da sua segurança”, disse.

Ramos argumenta que a guerra contra o Irã deve modificar a arquitetura de poder e segurança do Oriente Médio ao mostrar que as bases dos EUA na região não poderiam defender os países aliados da Casa Branca.

“Isso já estava acontecendo, os Emirados Árabes Unidos já firmaram um pacto de defesa com a Índia, a Arábia Saudita com o Paquistão”, completou

POSSE

Lula cancela ida ao Chile e chanceler representará Brasil

PEDRO RAFAEL VILELA/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**) não vai mais viajar ao Chile, onde acompanharia a cerimônia de posse do novo presidente do país, José Antonio Kast, eleito em dezembro do ano passado. Ele substituirá Gabriel Boric.

A previsão é que Lula embarcasse nesta terça-feira, no fim da tarde. Em nota, o Palácio do Planalto não deu justificativa sobre o cancelamento da viagem, que estava confirmada desde a semana passada, e informou que o governo brasileiro será representado pelo ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira. O evento de posse ocorrerá hoje, na cidade litorânea de Valparaíso, que é a sede do Poder Legislativo chileno.

De perfil ideológico conservador e de direita, Kast assumirá o poder para um mandato de quatro anos, sem possibilidade de reeleição. No fim de janeiro, Lula se reuniu com o novo líder chileno por mais de uma hora, às margens do Fórum Econômi-



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

co Internacional da América Latina e Caribe, realizado na Cidade do Panamá.

Durante o encontro, segundo o Palácio do Planalto, ambos ressaltaram a importância de manter e aprofundar as relações

bilaterais entre Brasil e Chile, destacando a disposição de ampliar a cooperação em áreas como infraestrutura, energia renovável, comércio e turismo.

Eles também trataram da necessidade de promover a esta-

bilidade regional, reforçar a segurança pública e intensificar ações conjuntas de combate ao crime organizado, reconhecendo a importância da cooperação para enfrentar desafios comuns.

FRANÇA

Macron vê energia nuclear como fonte de independência dos países

ISABELLA PUGLIESE VELLANI/AE

O presidente da França, Emmanuel Macron, defendeu que a energia nuclear é importante para a independência dos países, diante da instabilidade global intensificada pela necessidade de hidrôcarbonetos que, na avaliação dele, pode gerar pressão e desestabilização. A declaração foi dada em discurso na cúpula de Energia Nu-

clear, nesta terça-feira.

"Devemos cooperar em nível internacional para avançar nesse aspecto para sermos menos dependentes com os solavancos geopolíticos", afirmou. Ele classificou a energia nuclear como "fundamental" para conciliar a independência, soberania energética, descarbonização, neutralidade de carbono até 2050 e aumento da competitividade europeia, com

consequências sobre a criação de emprego na economia.

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, presente no evento, alertou que os preços da eletricidade na Europa são "estruturalmente muito altos" e que isso é uma questão de importância "extrema".

"Eletricidade acessível não é apenas importante para o custo de vida dos europeus, mas ela é

igualmente decisiva para a nossa competitividade industrial", ponderou.

Ainda em relação à energia, Von der Leyen relembrou que a Europa não é produtora de petróleo nem de gás e, no que diz respeito aos combustíveis fósseis, o continente é "completamente dependente" de importações classificadas por ela como "caras e voláteis".